

DICOGE 1.1

CONCURSO EXTRAJUDICIAL

10º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL Nº 05/2016 – CONTEÚDO E GABARITO DA PROVA DE SELEÇÃO

O Presidente da Comissão Examinadora do 10º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo, Desembargador WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JÚNIOR, **TORNA PÚBLICO** o conteúdo e o gabarito das Provas de Seleção (versões 01, 02, 03 e 04) do referido certame, realizadas em 03 e 10/04/2016:

CRITÉRIO REMOÇÃO (PROVA REALIZADA AOS 03/04/2016)

VERSÃO 1

Registros Públicos e Notarial

- 01.** No livro de recepção de títulos, serão lançados
(A) os títulos apresentados para registro, exceto os de regularização fundiária.
(B) todos os títulos apresentados no Registro Imobiliário.
(C) os processos administrativos de retificação de registro, regularização fundiária e usucapião administrativa.
(D) somente os títulos apresentados para exame e cálculo de emolumentos.
- 02.** Sobre a escrituração eletrônica dos atos registrais imobiliários, na forma autorizada pela legislação, é correto afirmar que
(A) se entende por escrituração eletrônica a escrituração dos atos registrais em mídia totalmente eletrônica.
(B) se trata da escrituração em folha de segurança, com a imagem digitalizada.
(C) se entende como a escrituração feita, obrigatoriamente, tanto em papel de segurança como em mídia digital.
(D) se trata de um sistema informático utilizado em Registros de Imóveis, que permite imprimir as matrículas em editor de texto próprio.
- 03.** De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar, a respeito da retificação de registro que implique inserção ou alteração de medida perimetral de que resulte, ou não, alteração de área, que
(A) a retificação será negada quando não for possível ao Registrador identificar todos os confinantes tabulares.
(B) seu protocolo gera prioridade.
(C) sendo apresentada impugnação, e considerando-a infundada, o Oficial rejeita-la-á de plano, por meio de ato motivado, intimando o impugnante para, querendo, recorrer, em juízo, no prazo 15 (quinze) dias.
(D) sendo ela requerida pelo adquirente, em título ainda não registrado, o assentimento do titular do domínio do imóvel é indispensável, ainda que o adquirente apresente, concomitantemente, seu título para registro.
- 04.** Relativamente às cédulas de crédito, assinale a alternativa correta.
(A) Para o registro das cédulas de crédito industrial, rural, à exportação e comercial, bem como de seus aditivos, é indispensável o reconhecimento de firmas.
(B) A emissão e a negociação de cédula de crédito imobiliário independem de autorização do devedor do crédito imobiliário que ela representa.
(C) A cédula de crédito industrial hipotecária será registrada no livro 2, de registro geral.
(D) A cédula de crédito rural pignoratícia não é registrável no Registro de Imóveis, devendo ser inscrita no Registro de Títulos e Documentos.
- 05.** No que diz respeito aos princípios da especialidade e continuidade subjetivas, é correto afirmar que
(A) a ausência no título da profissão e residência do adquirente e do nome e qualificação de seu cônjuge não obstará o registro, desde que esses dados sejam comprovados por documentos oficiais e declaração de profissão e residência.
(B) a ausência no título do nome e qualificação do cônjuge do adquirente obstará o registro.
(C) é permitido, e recomendável, na identificação das partes, utilizar, junto com o nome civil correto, eferências fáticas outras, ainda que não averbadas no Registro Civil de Pessoas Naturais e sem comprovação oficial, tais como, por exemplo, a expressão "que também assina e é conhecido".
(D) é dispensável o número do CNPJ da pessoa jurídica, desde que o seu nome esteja correto.
- 06.** No que diz respeito aos princípios registrais imobiliários, é correto afirmar que
(A) a data da escritura pública e seu conteúdo não têm relevância para a prioridade registral.
(B) a desapropriação amigável deve submeter-se à continuidade registral.
(C) as prenotações sucessivas de títulos contraditórios cria uma fila de precedência, de modo a não correr o prazo de validade da prenotação subsequente, o qual somente correrá a partir da cessação dos efeitos da prenotação anterior.
(D) não é possível o ingresso no Registro de Imóveis de uma escritura pública de compra e venda celebrada antes da entrada em vigor do Código Civil de 1916 sem que já exista matrícula do imóvel no Registro Imobiliário, na qual conste como proprietário o vendedor.
- 07.** A imissão provisória na posse de bem imóvel, concedida em favor da União,

- (A) é registrável na matrícula do imóvel, mas a sua cessão ou promessa de cessão são averbáveis.
- (B) é averbável na matrícula do imóvel, da mesma forma que a sua cessão ou promessa de cessão.
- (C) é averbável na matrícula do imóvel, mas a sua cessão e promessa de cessão não têm previsão de registro ou averbação.
- (D) é registrável na matrícula do imóvel, da mesma forma que a sua cessão ou promessa de cessão.

08. Integra a atribuição do Registrador Civil de Pessoas Jurídicas:

- (A) averbar as alterações dos estatutos das sociedades anônimas.
- (B) registrar os atos constitutivos dos sindicatos.
- (C) registrar e autenticar livros das pessoas jurídicas, ainda que registradas em outro Registro Civil das Pessoas Jurídicas, desde que na mesma Comarca.
- (D) registrar sociedades de advogados.

09. No Registro Civil de Pessoas Jurídicas,

- (A) os livros A e B poderão ser substituídos por sistema de microfilmagem, obedecidas as formalidades legais.
- (B) não haverá livro de protocolo.
- (C) os contratos, atos, estatutos ou publicações registrados deverão ser arquivados em papel, ainda que adotado o sistema de microfilmagem.
- (D) na qualificação registral, atentar-se-á apenas aos requisitos formais do documento, não sendo relevante se o objeto social é, por exemplo, contrário ao bem público, ou à moral e aos bons costumes.

10. Em relação ao pedido de matrícula de jornais, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias, é correto afirmar que os atos de alteração deverão ser averbados na matrícula

- (A) no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa a ser aplicada pelo Oficial de Registro.
- (B) no prazo de 8 (oito) dias, sob pena de multa a ser aplicada pelo Juiz Corregedor Permanente, devendo o Oficial de Registro a ele representar.
- (C) no prazo de 8 (oito) dias, sob pena de multa a ser aplicada pelo Oficial de Registro.
- (D) no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa a ser aplicada pelo Juiz Corregedor Permanente, devendo o Oficial de Registro a ele representar.

11. No Registro de Títulos e Documentos será feito o registro de

- (A) cartas de fiança feitas por instrumento público.
- (B) compra e venda em prestações de bens móveis, desde que haja reserva de domínio.
- (C) contratos de locação de imóveis urbanos, desde que não haja cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada.
- (D) promessa de venda de bens móveis.

12. O registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos perante terceiros,

- (A) deve ser feito no domicílio de qualquer das partes.
- (B) pode ser feito no Registro de Títulos e Documentos de livre escolha do requerente.
- (C) deve ser feito no domicílio das partes contratantes e, quando residirem em circunscrições territoriais diversas, far-se-á o registro em todas.
- (D) será feito somente no domicílio do vendedor, no caso de contrato de compra e venda, ainda que seja o comprador domiciliado em circunscrição territorial diversa.

13. Quanto aos livros obrigatórios do Registro de Títulos e Documentos, é correto afirmar que

- (A) o livro B não permite a utilização de pasta classificadora auxiliar.
- (B) o livro D não poderá ser substituído por sistema informatizado.
- (C) não existe livro de protocolo, uma vez que não há princípio da continuidade no Registro de Títulos e Documentos.
- (D) para o livro E, recomenda-se a adoção de sistema informatizado.

14. Serão registrados e averbados, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Naturais,

- (A) os casamentos e os nascimentos.
- (B) as escrituras de adoção e as emancipações.
- (C) as opções de nacionalidade e as alterações de nomes.
- (D) os casamentos e as interdições.

15. Assinale a alternativa correta sobre a Central de Informações do Registro Civil (CRC).

- (A) Qualquer Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais integrante da Central pode materializar a certidão eletrônica, ainda que não a tenha expedido.
- (B) Somente o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais que expediu a certidão eletrônica pode materializá-la.
- (C) Apenas a certidão eletrônica relativa a nascimento pode ser materializada por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais integrante da Central que não a expediu.
- (D) É facultativa a utilização de papel de segurança na materialização da certidão eletrônica.

16. Dentre outros requisitos, o assento de óbito deve conter

- (A) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido.
- (B) os prenomes, os sobrenomes, a profissão, a naturalidade e a residência dos pais do morto.
- (C) o lugar do nascimento.
- (D) o número do procedimento administrativo da habilitação para o casamento, se casado.

17. Assinale a alternativa correta.

(A) Antes de proceder ao assento de óbito de pessoa de menos de um ano, o Oficial verificará se houve registro de nascimento, o qual, se inexistente, será previamente feito no mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais competente para a lavratura do assento de óbito, após autorização do Juiz Corregedor Permanente.

(B) Antes de proceder ao assento de óbito de pessoa de menos de um ano, o Oficial verificará se houve registro de nascimento, o qual, se inexistente, será previamente feito no Registro Civil das Pessoas Naturais do domicílio dos pais, ainda que diverso do qual seria competente para a lavratura do óbito.

(C) A lavratura do assento de óbito de pessoa de menos de um ano prescinde do registro de nascimento, desde que feito no cartório do domicílio da mãe.

(D) Antes de proceder ao assento de óbito de pessoa de menos de um ano, o Oficial verificará se houve registro de nascimento, o qual, se inexistente, será previamente feito no mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais competente para a lavratura do assento de óbito.

18. Quando o assento de óbito for posterior ao enterro e não houver atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas,

(A) assinarão, com a que fizer a declaração, duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver.

(B) assinará uma testemunha que tiver assistido ao falecimento ou ao funeral e puder atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiver colhido, a identidade do cadáver.

(C) a lavratura do assento será precedida de decisão do Ministério Público.

(D) assinarão, com a que fizer a declaração, três testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral.

19. A participação dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de São Paulo na Central de Informações do Registro Civil (CRC)

(A) é facultativa para as Serventias vagas.

(B) é facultativa.

(C) só é permitida aos associados da ARPEN-SP (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo).

(D) é obrigatória.

20. Assinale a alternativa correta. O filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro, e cujos pais não estejam ali a serviço do Brasil, desde que registrado em consulado brasileiro ou não registrado, venha a residir no território nacional, poderá requerer

(A) no juízo de seu domicílio, que se registre, no livro "E" do 1o Oficial do Registro Civil, o termo de nascimento.

(B) no Registro Civil de seu domicílio, que se registre, no livro "E" do 1o Oficial do Registro Civil, o termo de nascimento.

(C) no Registro Civil de seu domicílio, que se registre, no livro "A" do 1o Oficial do Registro Civil, o termo de nascimento.

(D) no juízo de seu domicílio, que se registre, no livro "A" do 1o Oficial do Registro Civil, o termo de nascimento.

21. Sobre a retificação de assento no Registro Civil relativa a erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção, assinale a alternativa correta.

(A) É isenta de selos e taxas, pode ser feita de ofício pelo registrador e não depende da participação do Ministério Público, que só é necessária no caso de correção em razão de elevação de distrito a município ou alteração de sua nomenclatura por força de lei.

(B) Não é isenta de selos e taxas, não pode ser feita de ofício pelo registrador e depende sempre da participação do Ministério Público ainda que se trate de correção em razão de elevação de distrito a município ou alteração de sua nomenclatura por força de lei.

(C) É isenta de selos e taxas, pode ser feita de ofício pelo registrador mediante petição assinada pelo interessado e depende da participação do Ministério Público, a qual não é exigível no caso de correção em razão da elevação de distrito a município ou alteração de sua nomenclatura por força de lei.

(D) Não é isenta de selos e taxas, pode ser feita de ofício pelo registrador e prescinde da participação do Ministério Público, mesmo nos casos de correção em razão de elevação de distrito a município ou alteração de sua nomenclatura por força de lei.

22. Sobre a certidão eletrônica emitida por meio da Central de Informações do Registro Civil do Estado de São Paulo (CRC), assinale a alternativa correta.

(A) Não pode ser enviada por e-mail ao solicitante, pode ser materializada por qualquer Oficial de Registro Civil integrante da CRC, ainda que não a tenha expedido, e fica disponível para *download* ao solicitante pelo prazo de 30 dias no Portal do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça.

(B) Pode ser enviada por e-mail ao solicitante, pode ser materializada por qualquer Oficial de Registro Civil integrante da CRC, ainda que não a tenha expedido, e fica disponível para *download* ao solicitante pelo prazo de 30 dias na própria Central.

(C) Não pode ser enviada por e-mail ao solicitante, pode ser materializada por qualquer Oficial de Registro Civil integrante da CRC, ainda que não a tenha expedido, e fica disponível para *download* ao solicitante pelo prazo de 30 dias na própria Central.

(D) Não pode ser enviada por e-mail ao solicitante, só pode ser materializada pelo Oficial de Registro Civil integrante da CRC que a expediu e fica disponível para *download* ao solicitante pelo prazo de 30 dias na própria Central.

23. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, a fiscalização da frequência e assiduidade dos prepostos das Serventias Extrajudiciais é de responsabilidade

(A) exclusiva do respectivo titular da delegação ou do responsável pela Serventia vaga.

(B) do Juiz Corregedor Permanente.

(C) da Corregedoria Geral da Justiça.

(D) do Juiz Corregedor Permanente e da Corregedoria Geral da Justiça.

24. O tabelião de notas, o registrador de imóveis e o registrador civil de pessoas jurídicas têm, respectivamente, atribuições para

- (A) reconhecer firmas, registrar a alienação fiduciária em garantia de coisa imóvel e registrar o penhor comum sobre coisas móveis.
- (B) lavrar ata notarial, registrar loteamento e transcrever instrumento particular para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor.
- (C) lavrar escritura pública, registrar o ato constitutivo dos partidos políticos e registrar o contrato de parceria agrícola.
- (D) lavrar escritura pública, registrar cédula de crédito rural e matricular jornal.

25. Segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, das decisões disciplinares originárias do Corregedor Geral da Justiça relativas a delegados dos serviços notariais e registrais caberá recurso para

- (A) o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- (B) a Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- (C) o Conselho Superior da Magistratura.
- (D) o Superior Tribunal de Justiça.

26. A revisão administrativa da punição disciplinar de que não caiba mais recurso

- (A) deve, sob pena de extinção, ser proposta dentro do prazo de dois anos contados da decisão que aplicou, em definitivo, a pena disciplinar.
- (B) é cabível contra todas as penas disciplinares, exceto a de perda de delegação.
- (C) é cabível a qualquer tempo se surgirem fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, ou vícios insanáveis de procedimento, que possam justificar a redução ou a anulação da pena aplicada.
- (D) pode ter como fundamento a simples alegação da injustiça da decisão.

27. A Lei no 8.935/94 estabelece os requisitos para a delegação do exercício da atividade notarial e registral. Assinale a alternativa que elenca corretamente alguns desses requisitos.

- (A) Verificação de conduta condigna para o exercício da profissão, quitação com as obrigações eleitorais e militares e diploma de bacharel em direito, salvo se já completos dez anos em serviço notarial ou de registro.
- (B) Aprovação em exame da Ordem dos Advogados do Brasil, nacionalidade brasileira e habilitação em concurso público de provas e títulos.
- (C) Habilitação em concurso público de provas e títulos, habilitação em curso de registros públicos homologado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e diploma de bacharel em direito.
- (D) Habilitação em curso de registros públicos homologado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), verificação de conduta condigna para o exercício da profissão e diploma de bacharel em direito, salvo se já completos dez anos em serviço notarial ou de registro.

28. Quanto à desistência e à sustação do protesto, assinale a alternativa correta.

- (A) A desistência não pode ser formalizada por meio eletrônico.
- (B) A retirada do título ou documento de dívida pelo apresentante, antes da lavratura do protesto, fica condicionada ao pagamento dos emolumentos e demais despesas.
- (C) Os mandados de sustação de protesto, se apresentados depois de protestado o título ou documento de dívida, não podem ser qualificados como ordens judiciais de sustação dos efeitos do protesto, em atenção ao princípio da inércia notarial.
- (D) O cumprimento do mandado judicial de cancelamento do protesto depende do prévio pagamento das custas e dos emolumentos, mesmo se constar que a parte interessada é beneficiária da justiça gratuita.

29. De acordo com a normatização administrativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) documentos de dívida dotados de certeza, liquidez e exigibilidade são protestáveis apenas se qualificados como títulos executivos, judiciais ou extrajudiciais.
- (B) é inadmissível o protesto facultativo de cheque quando evidenciado o abuso de direito por parte do apresentante, a ser aferido pelo Tabelião, mediante juízo de qualificação guiado pela prudência.
- (C) as certidões de dívida ativa, para fins de protesto, devem ser apresentadas no original ou por meio eletrônico, não se admitindo indicações do órgão público competente, ainda que acompanhadas de declaração de que a dívida foi regularmente inscrita e que o termo de inscrição contém todos os requisitos legais.
- (D) consideradas a relevância da qualificação notarial, a autonomia e a independência do Tabelião, cabe-lhe verificar a ocorrência de prescrição ou caducidade, que, apuradas, autorizam a recusa motivada de títulos e outros documentos de dívida.

30. Em relação ao registro da união estável no Livro E do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da Sede ou do 1º Subdistrito da Comarca, é correto afirmar que

- (A) é vedado aos companheiros alterar o nome em virtude da união estável.
- (B) deverá ser realizado no primeiro domicílio dos companheiros.
- (C) é facultativa a menção, no assento, a eventuais casamentos e uniões estáveis anteriores dos companheiros.
- (D) não poderá ser registrada a escritura pública declaratória de união estável de pessoa casada, ainda que separada de fato.

31. Em relação ao registro do casamento religioso para efeitos civis, é correto afirmar que

- (A) deverá ser registrado perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do lugar da celebração.
- (B) produz efeitos a partir da data de sua celebração.
- (C) o prazo para que o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais realize o registro é de 5 (cinco) dias a partir da entrada do requerimento.

(D) o termo do casamento religioso deverá ser assinado pelo celebrante, pelos nubentes e testemunhas, sendo exigido, para o seu registro, o reconhecimento das firmas do celebrante e das testemunhas.

32. Em relação aos documentos necessários ao procedimento de habilitação para o casamento, é correto afirmar que (A) se na certidão de nascimento constar anotação de registro de união estável com pessoa diversa, será necessário providenciar o cancelamento desse registro.

(B) na hipótese de contraente viúvo(a), fica dispensada a apresentação da certidão de óbito do cônjuge falecido, se constar anotação de seu falecimento na certidão de casamento apresentada.

(C) o contraente estrangeiro poderá fazer prova de estado civil por declaração de testemunhas.

(D) a petição pela qual os interessados requerem a habilitação pode ser assinada por procurador com poderes especiais, outorgados por instrumento público, com prazo não superior a 90 (noventa) dias.

33. Em relação ao registro de nascimento do indígena, assinale a alternativa correta.

(A) É facultativo o assento de nascimento de indígena, integrado ou não, no Registro Civil das Pessoas Naturais.

(B) Aplica-se o procedimento de registro tardio para a lavratura de assento de nascimento de indígena requerido por representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

(C) A etnia do registrando poderá ser lançada como sobrenome, se assim for solicitado.

(D) É vedado constar do assento que o registrando é indígena.

34. Em relação à adoção, é correto afirmar que

(A) serão registradas no livro de registro de nascimento, mediante mandado, as sentenças concessivas de adoção do menor ou maior.

(B) na adoção unilateral do menor, deverá ser averbado o cancelamento do seu registro original de nascimento.

(C) a adoção será objeto de registro ou averbação, conforme for determinado no mandado, sendo vedado ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais qualificar título judicial.

(D) a adoção do maior será averbada no Registro Civil das Pessoas Naturais em que lavrados o seu nascimento e o seu casamento, quando for o caso.

35. Outorgantes e outorgados solicitam a lavratura de escritura pública de venda e compra fora do horário e dos dias estabelecidos para o atendimento ao público. Nesse caso, ao tabelião

(A) é facultada a lavratura do ato, mediante expressa e motivada autorização do Juiz Corregedor Permanente.

(B) é facultada a lavratura do ato, mediante expressa e motivada autorização da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

(C) é facultada a lavratura do ato, salvo expressa e motivada proibição do Juiz Corregedor Permanente.

(D) é defeso praticar o ato, salvo expressa e motivada autorização do Juiz Corregedor Permanente e da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

36. É competência exclusiva do tabelião de notas, não devendo ser realizado por seu substituto, nos termos das Normas de Serviço da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo,

(A) a abertura e o encerramento dos livros.

(B) a lavratura de testamentos públicos e a aprovação dos cerrados.

(C) a lavratura de atas notariais.

(D) a realização de escrituras de mediação e conciliação.

37. O notário, ao atender pessoa idosa, verifica que a mesma assina com dificuldade, demonstrando não saber ler ou escrever, acarretando a difícil compreensão de sua assinatura. Em tal caso, o tabelião

(A) solicitará a apresentação de atestado médico que assegure que o idoso se encontra com sua capacidade plena.

(B) recomendará a utilização de impressão datiloscópica, identificando o nome da pessoa em torno da impressão.

(C) solicitará que pessoa capaz assine a seu rogo.

(D) obstará a realização do ato.

38. No tocante aos serviços notariais eletrônicos e à Central Notarial de Autenticação Digital (CENAD), é correto afirmar que (A) A CENAD arquivará o documento, com a finalidade de utilização para confirmação da autenticidade do documento eletrônico.

(B) A CENAD é módulo do Portal Extrajudicial, administrada pela Corregedoria Geral da Justiça.

(C) o código hash, gerado no processo de certificação digital, deverá ser arquivado na CENAD, com a finalidade de utilização para confirmação da autenticidade do documento eletrônico.

(D) Não será necessário fazer o *upload* do documento para fins de confirmação de autenticidade e integridade.

39. Quanto aos papéis utilizados para a escrituração dos atos, certidões e traslados, assinale a alternativa correta.

(A) O tabelião de notas utilizará frente e verso, obrigatoriamente.

(B) O tabelião de notas poderá utilizar a frente e o verso dos papéis, ficando a critério do Juiz Corregedor Permanente a utilização do verso, inclusive para o início dos atos notariais.

(C) O tabelião de notas poderá utilizar a frente e o verso dos papéis, ficando a seu critério a utilização do verso, inclusive para o início dos atos notariais.

(D) Apenas a frente dos papéis pode ser utilizada para o início dos atos notariais.

40. Assinale a alternativa correta.

(A) Na abertura da ficha-padrão é obrigatória a apresentação do original de documento de identificação.

(B) A aplicação do selo de autenticidade, em cópia autenticada, será feita, sempre que possível, na mesma face da reprodução.

(C) A rubrica ou a assinatura do Tabelião de Notas ou auxiliar que verificou a regularidade do ato notarial deverá ser aposta no documento de forma a integrar este com o selo ou o carimbo, sem impedir a leitura da série e do número do selo e a identificação do praticante do ato.

(D) É obrigatória a utilização de cartão de assinatura padronizado para a lavratura de escrituras públicas.

41. Quanto aos atos notariais, é correto afirmar que

(A) na escrituração dos livros, os números relativos à data da escritura, ao preço e ao registro ou matrícula no Registro de Imóveis devem ser escritos por extenso.

(B) se qualquer dos comparecentes não souber a língua nacional, deverá comparecer tradutor público para servir de intérprete ou, não o havendo na localidade, outra pessoa capaz que, a juízo do Tabelião, tenha idoneidade e conhecimento bastantes.

(C) somente após comprovada a resolução prévia e judicial das questões referentes à pensão alimentícia, é que pode ser lavrada a escritura pública de separação e divórcio.

(D) não há sigilo nas escrituras públicas de separação e divórcio consensuais.

42. Quanto às escrituras de separação, divórcio, inventário e partilha, assinale a alternativa correta.

(A) É necessária a presença de advogado, devendo constar sua nomeação e a qualificação completa, com menção ao número de registro e da secção da OAB, sendo permitida, em qualquer caso, a acumulação de funções de procurador e de advogado das partes.

(B) O traslado da escritura pública de separação e divórcio consensuais será apresentado ao Oficial de Registro Civil do respectivo assento de casamento, para a averbação necessária, independentemente de autorização judicial, após manifestação conclusiva do Ministério Público.

(C) Se comprovada a resolução prévia de todas as questões referentes aos filhos menores (guarda, visitas e alimentos), após manifestação conclusiva do Ministério Público, o tabelião de notas poderá lavrar escrituras públicas de separação e divórcio consensuais.

(D) As escrituras públicas de inventário e partilha, separação e divórcio consensuais não dependem de homologação judicial e são títulos hábeis para o registro civil e o registro imobiliário, para a transferência de bens e direitos, bem como para a promoção de todos os atos necessários à materialização das transferências de bens e levantamento de valores (DETRAN, Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, instituições financeiras, companhias telefônicas, etc.).

43. Quanto às Certidões e Traslados Notariais Digitais, é correto afirmar que

(A) as certidões e os traslados digitais somente poderão ser encaminhados a registro por meio da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis - Central Registradores de Imóveis.

(B) os Tabeliães de Notas, seus substitutos e prepostos autorizados, poderão extrair traslados ou certidões de suas notas, sob a forma de documento eletrônico, em PDF/A, ou como informação estruturada em XML (eXtensible Markup Language), assinados com Certificado Digital ICP-Brasil, tipo A-3 ou superior.

(C) a utilização de XML (eXtensible Markup Language) para a estruturação de certidões e traslados digitais, para fins de procedimento registral imobiliário, fica condicionada à observância de modelos de estruturação que venham a ser definidos em conjunto, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB-CF) e a Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP).

(D) os documentos que acompanharem as certidões ou traslados digitais deverão apresentar-se em PDF/A, e serão autenticados pelo Tabelião, substituto ou preposto autorizado, por meio da Central Notarial de Autenticação Digital (CENAD).

44. Assinale a alternativa correta.

(A) A escritura pública, salvo quando exigidos por lei outros requisitos, deve conter, obrigatoriamente, o código de consulta gerado (hash) pela Central de Indisponibilidade.

(B) A escritura pública, salvo quando exigidos por lei outros requisitos, deve conter dia, mês, ano e local em que lavrada, lida e assinada, bem como a manifestação clara da vontade das partes e dos intervenientes, e a indicação de que foi lavrada sob minuta, se for o caso.

(C) A escritura pública, salvo quando exigidos por lei outros requisitos, deve conter referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato e indicação dos documentos apresentados nos respectivos originais, entre os quais, obrigatoriamente, em relação às pessoas físicas, documento de identidade ou equivalente, CPF e, se o caso, certidão de casamento.

(D) A escritura pública, salvo quando exigidos por lei outros requisitos, deve conter, obrigatoriamente, a indicação clara e precisa da natureza do negócio jurídico e seu objeto, bem como da forma do pagamento, se em dinheiro ou em cheque, com identificação deste pelo seu número e pelo banco sacado, ou mediante outra forma estipulada pelas partes e a declaração de que é dada quitação da quantia recebida.

45. A genitora poderá declarar a paternidade no registro de nascimento, independentemente da presença do genitor,

(A) de filho havido na constância de seu casamento com o genitor, independentemente da data de sua celebração.

(B) em até 300 (trezentos) dias do término de seu casamento com o genitor, em razão do falecimento deste, ainda que tenha contraído novas núpcias neste período.

(C) após 180 (cento e oitenta) dias da celebração de seu casamento com o genitor em segundas núpcias, ainda que contraídas antes de 300 (trezentos) dias do término do casamento anterior.

(D) se comprovada a união estável com o genitor, por escritura pública ou sentença declaratória registradas perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da Sede ou do 1º Subdistrito da Comarca.

Direito Civil

46. Assinale a alternativa correta.

(A) O preenchimento das condições da usucapião de imóvel impedirá a decretação da nulidade do registro por vício do procedimento registral.

(B) As causas que obstem, suspendem ou interrompem a prescrição não se aplicam à usucapião.

(C) Para a usucapião, não se admite a *accessio possessionis*.

(D) É de 10 (dez) anos o prazo da usucapião consumada em razão de aquisição de imóvel de maneira onerosa, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelado posteriormente, tendo os possuidores no imóvel estabelecido moradia ou realizado investimentos de interesse social e econômico.

47. Assinale a alternativa correta.

(A) Não se admite a extinção da propriedade imóvel pela renúncia.

(B) Caracteriza-se a aluvião quando, por força violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, e a aquisição de sua propriedade puder ser reconhecida diretamente no Registro Imobiliário.

(C) Não se admite a extinção da propriedade imóvel pelo abandono.

(D) As plantações e construções são do proprietário do terreno, não importando para tanto quem as plantou ou construiu, sendo exceção a hipótese de a construção ou a plantação exceder consideravelmente o valor do terreno, e haver boa-fé daquele que plantou ou construiu, caso em que adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento de valor acordado ou fixado judicialmente.

48. Sobre o direito de servidão, é correto afirmar que

(A) não pode ser extinto unilateralmente, por simples renúncia.

(B) pode ser resgatado pelo dono do prédio serviente.

(C) não exige, para o seu cancelamento, a anuência do credor, caso o imóvel dominante esteja hipotecado.

(D) não é passível de usucapião.

49. Ocorre a perempção da hipoteca convencional no prazo de

(A) 20 (vinte) anos.

(B) 10 (dez) anos.

(C) 30 (trinta) anos.

(D) 50 (cinquenta) anos.

50. A instituição do bem de família sobre um terço do patrimônio líquido, por ato de vontade, nos moldes do Código Civil,

(A) deverá ser formalizada necessariamente por escritura pública, levada a registro no Registro de Imóveis.

(B) afasta as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecidas em lei especial.

(C) produz efeitos temporalmente ilimitados, salvo se novo título for levado ao Registro, modificando o conteúdo anterior.

(D) terá forma solene e dependerá do registro do título no Registro de Imóveis para sua constituição.

51. O pacto antenupcial, em essência, é um negócio

(A) jurídico solene, de eficácia subordinada.

(B) formal, extrajudicial e imutável.

(C) jurídico solene, que produz efeitos logo após a ratificação do instrumento pelos cônjuges, devidamente orientados pelo Notário.

(D) jurídico solene, de eficácia plena, desde sua celebração.

52. A adoção de maiores de 18 anos

(A) pode ser feita diretamente no cartório extrajudicial, considerando a capacidade plena de todos os envolvidos.

(B) depende de intervenção do poder público e de sentença declaratória.

(C) depende de intervenção do poder público e de sentença constitutiva.

(D) foi revogada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que apenas regula a adoção de menores de 18 anos.

53. Ao alcançar a idade núbil, os noivos

(A) passam a gozar de capacidade plena para o casamento, independentemente de qualquer autorização de terceiros.

(B) passam a gozar de capacidade para o casamento, mediante autorização dos pais ou representantes legais.

(C) atingem a maioridade e a capacidade plena para todos os atos da vida civil.

(D) atingem a capacidade para o requerimento de habilitação para o casamento, mas não para o casamento em si.

54. O divórcio extingue o casamento e possibilita

(A) novo casamento, incondicionalmente.

(B) novo casamento, desde que não esteja pendente causa suspensiva.

(C) o retorno ao estado civil original, como consequência da extinção do vínculo do matrimônio.

(D) novo casamento entre as mesmas pessoas, dispensada nova habilitação.

55. No capítulo relativo à capacidade testamentária ativa, é correto afirmar que

(A) as pessoas podem testar a partir dos 18 anos.

(B) a incapacidade superveniente do testador invalida o testamento.

(C) a outorga de procuração para realização de testamento deve ser realizada na forma pública.

(D) o testamento do incapaz não se valida com a superveniência de capacidade.

56. O direito à sucessão aberta pode ser objeto de cessão, bem como o quinhão de que disponha o coerdeiro. No tocante ao bem da herança considerado singularmente,

- (A) é admissível a cessão apenas por escritura pública.
- (B) é admissível a cessão por escritura pública ou instrumento particular.
- (C) é ineficaz a cessão, pelo coerdeiro.
- (D) é admissível a cessão, por instrumento particular, sobre imóveis de valor inferior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

57. Cinco herdeiros são chamados à herança em quinhões iguais, no equivalente de um quinto para cada, pela mesma disposição testamentária. Se qualquer deles não puder ou não quiser aceitá-la, a sua parte

- (A) acrescerá à dos coerdeiros.
- (B) acrescerá à dos coerdeiros, salvo o direito do substituto.
- (C) será destinada por direito de representação.
- (D) será levada aos herdeiros legítimos, salvo o direito do substituto.

58. No tema relativo ao instituto da colação, assinale a alternativa correta.

- (A) São dispensadas da colação as doações que o doador determinar saiam da parte disponível, contanto que não a excedam, computado o seu valor ao tempo da doação.
- (B) São dispensadas da colação as doações que o doador determinar saiam da parte disponível, contanto que não a excedam, computado o seu valor ao tempo da abertura da sucessão.
- (C) A dispensa da colação só poderá ser prevista no próprio título de liberalidade.
- (D) O tabelião deverá obstar a doação de bens que ultrapasse o valor da legítima dos herdeiros necessários.

59. Assinale a alternativa correta.

- (A) A procuração, porque encontra na confiança seu traço distintivo, não pode conter cláusula de irrevogabilidade, a ser considerada ineficaz, se estabelecida.
- (B) A adoção de criança e adolescente pode ser objeto de procuração.
- (C) A procuração deve respeitar a forma exigida por lei para os atos e negócios jurídicos a serem praticados, nada obstante negócio jurídico preparatório.
- (D) A procuração, instrumento do mandato, disciplina a relação interna do mandante e do mandatário; rege as obrigações de um e de outro.

60. Conforme a jurisprudência do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o condomínio edilício

- (A) embora desprovido de personalidade jurídica, tem irrestrita aptidão para adquirir bens imóveis, pois sujeito de direito.
- (B) pode adquirir bens imóveis, nas situações envolvendo alienação judicial de unidades autônomas de condôminos que deixaram de pagar as contribuições condominiais.
- (C) tem personalidade jurídica, e não apenas para fins tributários.
- (D) o condomínio edilício, embora sujeito de direito, não pode adquirir propriedade imóvel.

Direito Processual Civil

61. A tutela específica das obrigações de fazer ou não fazer consiste

- (A) na vedação a que o juiz profira sentença de natureza diversa da que pedida, ou condene o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- (B) na concessão da tutela liminarmente sempre que relevante o fundamento da demanda e havendo receio de ineficácia do provimento final.
- (C) na conversão, de plano, em perdas e danos, verificado o descumprimento pelo devedor.
- (D) no poder atribuído ao juiz para que determine as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva com requisição, sempre que necessário, de força policial.

62. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica

- (A) não comporta a forma inversa, em que o patrimônio social é atingido por dívidas do sócio.
- (B) não comporta instauração de ofício pelo magistrado.
- (C) nunca acarreta a suspensão do processo.
- (D) será decidido por sentença, que desafia apelação.

63. Sobre a reconvenção, é correto afirmar que

- (A) pode ser proposta contra o autor e terceiro, ou ainda, pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- (B) pode ser proposta pelo réu em petição própria, para manifestar pretensão própria, haja ou não conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- (C) dela será o autor intimado pessoalmente, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
- (D) é inadmissível na ação monitória.

64. O exercício do direito de preferência pelo locatário que pretender haver o imóvel, mediante o depósito do preço e das despesas de transferência, pressupõe

- (A) a averbação do contrato de locação junto à matrícula do imóvel no início da locação.
- (B) a formalização do contrato de locação por instrumento público.
- (C) a averbação do contrato de locação junto à matrícula do imóvel pelo menos 30 dias antes da alienação.
- (D) a manifestação de interesse na aquisição do imóvel, para o registrador, pelo menos 90 dias antes da alienação.

Direito Penal

65. Com referência à lei do parcelamento do solo, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos crimes previstos na lei do parcelamento do solo podem figurar como sujeitos ativos apenas o proprietário da área, o loteador, seu mandatário, diretor ou gerente de sociedade, e o oficial registrador.
- (B) Os crimes previstos na lei do parcelamento do solo admitem a forma qualificada.
- (C) Fazer afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo, é crime contra a fé pública.
- (D) O oficial de registro de imóveis que, por negligência no cumprimento dos deveres do seu cargo, registrar loteamento não aprovado pelos órgãos competentes, responderá culposamente por crime previsto na lei de parcelamento do solo.

66. No crime de fraude à execução, isto é, do agente que aliena, desvia, destrói ou danifica bens, ou simula dívidas, para safar-se de execução aparelhada, a ação penal é

- (A) pública incondicionada.
- (B) privada subsidiária.
- (C) pública condicionada.
- (D) exclusivamente privada.

Direito Processual Penal

67. Assinale a alternativa correta.

- (A) Se na fase da pronúncia o Juiz desclassificar o crime doloso contra a vida, encaminhará o processo ao Juiz singular e, se este discordar da desclassificação, deverá suscitar conflito de competência.
- (B) Se o Tribunal do Júri absolver o réu pela prática do crime doloso contra a vida, a competência para julgar o crime conexo será do Juiz Presidente.
- (C) Se na fase da pronúncia o Juiz desclassificar o crime doloso contra a vida, remeterá o processo ao Ministério Público para aditamento da denúncia.
- (D) Se o Tribunal do Júri desclassificar o crime doloso contra a vida, o Juiz Presidente será competente para julgar o processo e proferir a sentença.

Direito Tributário

68. Em se tratando de escritura de doação de bens móveis, o imposto de transmissão é devido ao Estado

- (A) do domicílio do doador.
- (B) em que for lavrada a escritura de doação.
- (C) do domicílio do donatário.
- (D) em que estiverem situados os bens doados.

69. Segundo a Lei no 11.331/2002, que dispõe sobre os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, é correto afirmar que

- (A) são contribuintes indiretos dos emolumentos as pessoas físicas ou jurídicas que se utilizam dos serviços ou da prática dos atos notariais e de registro.
- (B) são sujeitos passivos por substituição, no que se refere aos emolumentos, os notários e os registradores.
- (C) os entes públicos e suas respectivas autarquias são isentos do pagamento de emolumentos.
- (D) a parcela dos emolumentos dos atos privativos do Registro Civil das Pessoas Naturais é destinada ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.

70. Em relação à certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da união emitida pela Secretaria da Receita Federal, é correto afirmar que

- (A) não abrange as contribuições sociais.
- (B) tem prazo de validade de 90 (noventa) dias.
- (C) segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, faculta-se sua dispensa pelo tabelião de notas, quando da lavratura de escritura pública de alienação ou oneração de bem imóvel por pessoa jurídica.
- (D) é exigível da empresa na alienação ou oneração, a título oneroso, de bem imóvel ou direito a ele relativo.

71. Em relação ao inventário extrajudicial, é correto afirmar que

- (A) a certidão negativa de tributos imobiliários pode ser dispensada pelos herdeiros, constando da escritura declaração de que se responsabilizam pelo pagamento dos débitos fiscais existentes.
- (B) a escritura deverá conter a descrição dos bens atribuídos aos herdeiros, dispensada a atribuição da meação ao cônjuge sobrevivente.
- (C) a apresentação de certidão positiva de débitos relativos a tributos federais em nome do *de cujus* impede a lavratura da escritura pública.
- (D) o tabelião de notas enviará à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se requisitadas, informações relativas às escrituras públicas de inventário em que houver partilha de bens.

72. No tocante à extinção de tributos, é correto afirmar que

- (A) se dá pela conversão de penhora judicial em pagamento.
- (B) é possível a compensação de tributos federais com estaduais.
- (C) se dá pela entrega de títulos da dívida pública após avaliação judicial.
- (D) ela pode ocorrer por dação em pagamento de bens imóveis.

73. As alíquotas de um tributo podem ser
- (A) fixas e invariáveis.
 - (B) invariáveis desde que diferentes da alíquota zero.
 - (C) fixas e variáveis.
 - (D) variáveis desde que em percentual máximo de 15% do valor do bem.

Direito Comercial

74. Considera-se juridicamente empresa
- (A) a atividade economicamente organizada exercida pelo empresário.
 - (B) o fundo de comércio das entidades empresariais.
 - (C) as sociedades empresárias registradas devidamente no Registro de Comércio.
 - (D) as sociedades unipessoais que exerçam atividade econômica para produção ou circulação de bens ou serviços, de maneira habitual e com intuito de lucro.

75. A EIRELI pode ser representada nos atos negociais
- (A) pelo instituidor da EIRELI ou quem ele designar.
 - (B) por seu administrador nomeado pelo sócio majoritário.
 - (C) pelo instituidor ou demais sócios com direito a voto.
 - (D) somente por seu sócio majoritário, já que os poderes são indelegáveis.

76. Sendo nula a emissão do título de crédito, de ordinário,
- (A) fica vedada a circulação do título.
 - (B) o aval regularmente dado no título também é nulo.
 - (C) a circulação do título convalida qualquer nulidade.
 - (D) o aval regularmente dado no título não perde seu efeito.

77. De ordinário, os bens do ativo permanente de uma sociedade empresarial somente podem ser alienados com anuência
- (A) do sócio controlador e de um administrador.
 - (B) da maioria do capital social.
 - (C) de pelo menos dois administradores.
 - (D) de todos os sócios.

78. O administrador de sociedade limitada pode ser
- (A) incapaz, desde que representado por seu responsável.
 - (B) pessoa física maior e capaz, desde que seja sócio.
 - (C) estrangeiro, desde que tenha visto de residente e preste caução.
 - (D) pessoa física maior e capaz, sócio ou não.

79. No tocante às sociedades cooperativas,
- (A) cada sócio tem direito a tantos votos quantas quotas tiver na sociedade.
 - (B) elas não podem ter atividades lucrativas.
 - (C) o capital é variável, podendo inclusive ser dispensado.
 - (D) na omissão do contrato social, aplicam-se as disposições da lei de sociedades por ações.

Direito Administrativo

80. De acordo com a Súmula Vinculante no 21 do Supremo Tribunal Federal, a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo é

- (A) inconstitucional.
- (B) constitucional.
- (C) vedada quando o devedor se encontra em comprovado estado de insolvência.
- (D) admitida nos casos de interesse da União.

81. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele
- (A) indenizado, e o eventual ocupante da vaga será vitaliciado no cargo.
 - (B) reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - (C) reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - (D) indenizado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

82. Assinale a alternativa correta relativa à ação civil pública.

- (A) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público promoverá a extinção da associação no prazo de 180 dias.
- (B) A Associação tem legitimidade para propor ação civil pública desde que esteja constituída há dois anos e inclua entre as suas finalidades institucionais, dentre outras, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente e ao consumidor.

(C) Se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, apenas o legitimado que propôs a ação poderá intentar outra com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

(D) Admite-se o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuidam a lei da ação civil pública (Lei no 7.347/85).

83. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

(B) É vedado o contrato verbal com a Administração.

(C) A Administração pode, por meio de cláusula contratual, renunciar à prerrogativa de rescindir unilateralmente o contrato.

(D) A declaração de nulidade do contrato administrativo não opera efeitos retroativos nem desconstitui os já produzidos.

84. Sobre a anulação e revogação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, ainda que em prejuízo dos direitos adquiridos.

(B) A Administração deve anular seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, e pode revogá-los quando eivados de vícios de legalidade, respeitados os direitos adquiridos.

(C) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

(D) A Administração pode revogar seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, mas tem de requerer ao Poder Judiciário a anulação deles em casos de vícios de legalidade.

85. Assinale a alternativa correta sobre o mandado de segurança.

(A) É cabível contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.

(B) É cabível contra ato disciplinar.

(C) Serve para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.

(D) É cabível contra lei ou ato normativo em tese.

86. A transferência da execução do serviço público por outorga pressupõe a existência de

(A) um contrato ou uma concessão.

(B) um ato administrativo unilateral.

(C) uma lei.

(D) uma delegação da Administração Pública.

87. No Estado de São Paulo, no tocante aos atos de reconhecimento de firmas e autenticações, a qualidade do serviço público pressupõe

(A) a dispensa de documentos originais e autenticados, em regra, para a facilitação e agilidade do serviço.

(B) a exigência do reconhecimento de firma, pelo usuário, como regra, para a segurança dos atos públicos.

(C) a dispensa do reconhecimento de firma, sempre, de modo a não dificultar a prestação do serviço com exigências burocráticas.

(D) a autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista da apresentação dos originais, pelo usuário.

88. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos

(A) brasileiros natos e naturalizados.

(B) brasileiros e aos estrangeiros, na forma da lei.

(C) brasileiros natos, apenas.

(D) brasileiros e aos estrangeiros com visto de permanência.

89. O ato administrativo diferencia-se dos demais atos jurídicos

(A) pela finalidade pública.

(B) pela unilateralidade.

(C) pelo fim imediato de adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos.

(D) pela bilateralidade.

Direito Constitucional

90. O artigo 236 da Constituição Federal de 1988 estabelece que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. O princípio do exercício privado da delegação está presente

(A) no capítulo do Poder Judiciário.

(B) nas disposições constitucionais gerais.

(C) no capítulo das Funções Essenciais à Justiça.

(D) no capítulo da Ordem Social.

91. Cidadão que pretende obter em repartição pública, certidão para fins de defesa em processo penal, e se vê diante de negativa do referido órgão, deverá ajuizar

(A) mandado de segurança, para defesa de seu direito fundamental a obter certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

(B) *habeas data*, remédio constitucional previsto para conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

(C) *habeas corpus*, já que por se destinar a certidão a surtir efeito em processo penal, poderá eclodir violação à liberdade de locomoção por ilegalidade.

(D) mandado de injunção, pois se cuida de omissão que torna inviável o exercício do direito à ampla defesa.

92. Assinale a alternativa correta.

(A) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, inclusive nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

(B) É vedado estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos em lei, para resguardo da segurança nacional.

(C) Os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil serão, em qualquer hipótese, considerados brasileiros natos.

(D) São considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

93. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pode ser considerada

(A) semirrígida, porque algumas matérias, denominadas cláusulas pétreas, são imutáveis.

(B) sintética, porque veicula tão somente princípios e normas gerais.

(C) rígida, porque sua alteração, quando admissível, depende de processo legislativo mais solene e dificultoso.

(D) analítica, porque todas as suas normas têm eficácia plena.

94. Assinale a alternativa correta.

(A) O poder constituinte derivado constitui a atribuição aos Estados-membros da competência para auto-organização por via de Constituições próprias.

(B) A não recepção de uma norma infraconstitucional pela vigente Constituição traduz hipótese de inconstitucionalidade superveniente, inclusive passível de declaração pela via da ação direta.

(C) A não recepção de uma norma infraconstitucional pela vigente Constituição traduz hipótese de revogação hierárquica.

(D) O poder constituinte decorrente é aquele de cujo exercício resulta a alteração do texto constitucional, revelando-se condicionado e limitado.

95. Sobre o direito de reunião previsto no art. 5o, XVI, da Constituição Federal, é correto afirmar que todos podem reunir-se pacificamente,

(A) em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

(B) sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

(C) sem armas, em locais abertos ao público, mediante prévia autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

(D) sem armas, em locais abertos ou não ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

96. Sobre a medida provisória, é correto afirmar que

(A) não pode versar sobre matéria reservada à lei complementar.

(B) tem sua votação iniciada no Senado Federal.

(C) pode versar sobre matéria relativa a direito eleitoral.

(D) perde a eficácia se não for convertida em lei no prazo de 45 dias, prorrogável por mais duas vezes por igual período, devendo o Poder Judiciário disciplinar, por resolução, as relações jurídicas dela decorrentes.

97. São privativos de brasileiros natos os seguintes cargos:

(A) de Presidente da República, de Ministro do Superior Tribunal de Justiça e de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

(B) de Vice-Presidente da República, de Ministro de Estado da Defesa e de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

(C) de Oficial das Forças Armadas, de Presidente do Senado e de Ministro de Estado da Justiça.

(D) de Carreira Diplomática, de Presidente do Superior Tribunal de Justiça e de Presidente da Câmara dos Deputados.

98. Processar e julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade é atribuição

(A) privativa do Superior Tribunal de Justiça.

(B) privativa do Supremo Tribunal Federal.

(C) do Congresso Nacional.

(D) privativa do Senado Federal.

99. Conforme as Normas de Serviço da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, a apresentação de ata notarial é requisito de validade para o ingresso junto ao Oficial de Registro de Imóveis para fins de solicitação de usucapião administrativo. A Constituição Federal de 1988 prevê uma espécie de usucapião *pro labore*, que se dá

(A) em favor de quem, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

(B) em favor de quem, mesmo sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por dez anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

(C) em favor de quem, mesmo sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

(D) em favor de quem, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por dez anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

Conhecimentos Gerais

100. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei brasileira no 13.146/2015,

(A) resultou da condenação do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da recomendação internacional para que o país incluísse medidas protetivas da pessoa deficiente em sua legislação.

(B) baseia-se na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e em seu Protocolo Facultativo, em vigor no plano interno desde a promulgação do respectivo Decreto, em 2009.

(C) constitui mudança legislativa relevante do ponto de vista humanitário, mas de pouco impacto jurídico, considerando que é norma programática que não inova na ordem jurídica.

(D) inspira-se na diretriz da incapacidade da pessoa deficiente, para sua proteção.